

## REFORMADORES DE CLASSE MÉDIA NO IMPÉRIO BRASILEIRO: A SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO.

MICHAEL M. HALL  
da Universidade Estadual de Campinas.

O termo “classe média” tem uma acepção bastante ambígua, e o seu uso tem sido tão controvertido no Brasil como em outros países do mundo. Diversos estudiosos já notaram que as mudanças econômicas que ocorreram no final do século passado, em particular a expansão da economia de exportação, criaram certas condições no Brasil que causaram o crescimento de camadas sociais intermediárias compostas nem de trabalhadores manuais, nem de membros da elite latifundiária (1). A essa nova classe média, embora seja uma categoria quase residual na estrutura social, tem-se, não obstante, dado um papel importante em quase todas as principais mudanças sociais e políticas que aconteceram nos últimos anos do Império, inclusive na abolição da escravidão e na queda da monarquia (2). No entretanto, até agora são poucas as pesquisas que resultaram em informações detalhadas e precisas sobre as características desses novos grupos; daí ser útil examinar aqui um caso particular de reformadores de classe média — o da *Sociedade Central de Imigração*.

---

(1). — Veja especialmente Maurício Vinhas de Queiroz, “Notas sobre o processo de modernização no Brasil”, *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, III, nº 1 (1966), pp. 137-162; Francisco Clementino San Tiago Dantas, *Dois momentos de Rui Barbosa* (Rio de Janeiro, 1949); Richard Graham, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil: 1850-1914* (Cambridge, Eng., 1968), pp. 25-50; Octávio Ianni, *Raças e classes sociais no Brasil* (Rio de Janeiro, 1966), pp. 75-97; Nelson Werneck Sodré, *História da burguesia brasileira* (2ª edição; Rio de Janeiro, 1967), pp. 155-195.

(2). — Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia* (São Paulo, 1966), pp. 428-441; Nícia Vilela Luz, “O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano”, *Revista de História*, XXVIII, nº 57 (1964), pp. 13-27; George C. A. Boehrer, “The Brazilian Republican Revolution: Old and New Views”, *Luso-Brazilian Review*, III, nº 2 (1963), pp. 43-57.

A Sociedade foi fundada no Rio de Janeiro em 1883 e funcionou até cerca de 1891 (3). Durante esses anos seus líderes fizeram uma vigorosa campanha em favor da imigração européia e de uma série de outras reformas relacionadas. No correr dos eventos eles chegaram a desenvolver uma crítica razoavelmente coerente da sociedade brasileira e um conjunto de noções sobre a maneira de como produzir mudanças na estrutura do país. Os líderes da Sociedade eram homens de certa importância e muitas das suas idéias gozavam de extensa popularidade. Uma análise da composição da organização, suas atividades e seu programa talvez ajude a sugerir algumas das características e limitações do liberalismo de classe-média dentro do contexto do Brasil nos últimos anos do século XIX.

Os primeiros organizadores da Sociedade foram três destacados imigrantes alemães: Karl von Koseritz, jornalista e deputado provincial do Rio Grande do Sul, Hermann Blumenau, o fundador da colônia do mesmo nome em Santa Catarina, e Hugo Gruber, diretor do jornal *Allgemeine Deutsche Zeitung* do Rio de Janeiro (4).

Segundo Koseritz, a opinião dos três contemporâneos era de que os brasileiros nativos não tinham um conhecimento adequado das vantagens de uma imigração mais intensa para o Império. Daí terem convidado a uma reunião diversos “estadistas, jornalistas e capitalistas” e deliberarem sobre o assunto. Mais adiante Koseritz seria mais explícito no seu entendimento dos objetivos do grupo.

“Nós declaramos guerra ao latifúndio”, escreveu, “e tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas” (5).

A primeira reunião organizatória da Sociedade, ocorrida aos 14 de outubro de 1883, atraiu grande número de pessoas — o que tomou os organizadores de surpresa. Diversos oradores falaram à favor da pequena propriedade, advogaram várias medidas destinadas a tornar o Brasil mais atraente a imigrantes, e um dos participantes discutiu até

---

(3). — O último número do jornal da Sociedade, *A Imigração*, foi, evidentemente, o 76 (março-abril de 1891). A organização provavelmente parou de funcionar por essa época, devido à ausência ou doença de diversos membros chave e à precaridade de sua situação financeira. Luiz Rodrigues d'Oliveira a Alfredo d'Escagnolle Taunay, 3 de dezembro de 1890, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 454/23.

(4). — Veja Guilhermino Cesar, “Carlos von Koseritz”, *Fundamentos da cultura Rio-Grandense*, III (1958), pp. 173-191, e Carlos Fouquet, “Vida e obra do Doutor Blumenau”, in *Centenário de Blumenau* (Blumenau, 1950), pp. 52-115. Na verdade, Gruber era suíço; veja *ibid.*, pp. 100-101.

(5). — Carl von Koseritz, *Imagens do Brasil*, trad. Afonso Arinos de Melo Franco (São Paulo), pp. 215-219.

mesmo a necessidade de um imposto de terra. Elegeram-se logo os representantes e uma mesa de diretores, e já ao término de 1883 a Sociedade se reunia regularmente, bombardeando o governo e os jornais com cartas e petições, e publicando um jornal mensal intitulado *A Imigração*. De acordo com os seus estatutos, a Sociedade deveria difundir no Brasil a idéia da imigração européia, dar informações a imigrantes, trabalhar politicamente por reformas necessárias e, ulteriormente, divulgar na Europa a imigração para o Brasil (6).

Logo depois da primeira reunião, Koseritz voltou ao Rio Grande do Sul e Blumenau retornou à Alemanha, de maneira que a Sociedade, perdendo rapidamente qualquer identificação germânica que tivesse tido inicialmente, foi deixada em mãos dos seus novos líderes brasileiros. O mais ativo destes foi o seu vice-presidente, Alfredo d'Escrag-nolle Taunay, uma das mais destacadas figuras literárias da sua época, e político de alguma importância (7). Sua família era francesa e incluía, pelo lado materno, diversos aristocratas emigrados. Seu avô paterno tinha sido convidado ao Rio de Janeiro por Dom João VI, como parte da "missão artística" de 1816, e seu pai iria mais tarde ser diretor da Academia de Belas Artes e um dos tutores de Dom Pedro II. Taunay foi sempre muito consciente de sua origem francesa e escreveu o seu livro mais famoso, *La Retraite de Laguna*, em francês e não em português.

Embora de origens relativamente aristocráticas, sua família tinha se tornado eminentemente classe-média à época do seu nascimento em 1843, como deixam claro o seu diário e memórias, e os primeiros passos de sua carreira são bastante semelhantes aos dos filhos de outras famílias das camadas médias e altas da burocracia imperial (8).

Como tantos outros intelectuais brasileiros de sua geração, Taunay recebeu uma educação técnica e científica, em preparação para uma carreira no Exército. Outrossim, como muitos de seus colegas, Taunay muito cedo admitiu com certa franqueza a sua falta de interesse concreto em questões militares (9). O Exército, que havia começado a dar uma educação técnica moderna desde os meados do século,

---

(6). — Os estatutos e as atas da primeira reunião estão publicados em *A Imigração*, nº 1-4 (dezembro de 1883 — agosto de 1884). Veja também Koseritz, *Imagens do Brasil*, pp. 220-223.

(7). — Ainda não há uma biografia satisfatória de Taunay, mas os seguintes escritos contem muitas informações úteis: Phocion Serpa, *Visconde de Taunay: ensaio biográfico* (Rio de Janeiro, 1952); Alcides Bezerra, *O Visconde de Taunay: vida e obra* (Rio de Janeiro, 1937), e Carlos von Koseritz, *Alfredo d'Escrag-nolle Taunay*, trad. RPB (2ª ed; Rio de Janeiro, 1886).

(8). — Veja *Trechos da minha vida* (São Paulo, 1921), pp. 58-161, e *Memórias* (Rio de Janeiro, 1960), pp. 15-93, ambos de Taunay.

(9). — Taunay, *Memórias*, pp. 76, 80, 82.

parecia ser o caminho mais direto ao poder e prestígio no Brasil imperial para aqueles que não pertenciam à elite latifundiária (10).

Depois da guerra do Paraguai, Taunay deixou o serviço militar ativo e entrou na política. Representou Goiás e Santa Catarina várias vezes na Câmara dos Deputados, foi nomeado presidente de Santa Catarina e do Paraná, e entrou no Senado em 1886 como seu membro mais jovem. Foi, em geral, uma figura excêntrica e de influência limitada dentro do partido conservador, onde suas opiniões desinibidas sobre a imigração e questões relacionadas, e um descaso ocasional pelas regras do partido, não eram bem vistos pelos seus chefes (11). O apóio que deu a várias reformas liberais contribuiu enormemente para o seu isolamento parlamentar. Mesmo aqueles que lhe dedicavam uma certa simpatia, consideravam as suas idéias

“mais que generosas e adiantadas — revolucionárias” (12).

O próprio Taunay mais tarde reconhecia que tinha sido

“a eterna Cassandra daqueles tempos” e tinha sido visto por muitos como “mero visionário” (13).

Na sua incessante defesa da imigração européia, Taunay foi várias vezes o alvo de fortes críticas, tanto da parte do Parlamento como da imprensa. Muitos dos seus conterrâneos se ressentiam com amargura com os ataques implícitos e às vezes explícitos ao Brasil tradicional, os quais apareciam proeminentemente nos seus escritos e discursos, como também na propaganda da Sociedade Central. Notando um tom crítico emocional no Senado, Taunay exclama:

“Acusam-me ... a cada passo de não ter bastante brasileiro”, adiantando que a sua meta era a altamente patriótica de transformar o Brasil “numa grande nação pela colaboração das grandes forças da Europa e da civilização”

— sendo esses dois últimos termos normalmente alinhados como sinônimos (14).

---

(10). — Tocary Assis Bastos, *O positivismo e a realidade brasileira* (Belo Horizonte, 1965), pp. 37-43.

(11). — Taunay discute a questão em suas *Cartas políticas* (Rio de Janeiro, 1889) e em *Homens e cousas do Império* (São Paulo, 1924), pp. 153-167.

(12). — Afonso Celso, *Oito anos do parlamento* (“Nova edição aumentada”; São Paulo, s.d.), p. 104.

(13). — *Homens e cousas do Império*, pp. 156, 164.

(14). — Brasil, *Anais do Senado*, 1888, VI, p. 56.

Taunay jamais conseguiu convencer totalmente os seus colegas de que seu zelo europeu não era ligeiramente suspeito, e por essa razão foi molestado durante toda sua carreira. A certa altura, um colega do Senado alegou que o seu apôio entusiástico da colonização germânica era indicativo de que Taunay estava querendo

“bismarquizar este país” (15).

Em outra ocasião, seguindo as normas oratórias veementes do Senado imperial, Taunay exclama que não lhe preocupavam os seus provocadores:

“Apelo deles para o país”.

Isso levou outro senador a interrogar,

“mas que país?” (16).

O presidente da Sociedade Central era um primo de Taunay, general Henrique Beaurepaire Rohan. Filho de um refugiado francês, passara sua vida profissional na burocracia civil e militar do Brasil. Treinado em engenharia militar, fora presidente de diversas províncias e esteve brevemente no ministério da Guerra. Embora não tão ativo na Sociedade Central quanto Taunay, aparentemente por causa de saúde fraca, Beaurepaire Rohan era francamente reconhecido pela sua atitude de crítica contra os grandes proprietários de terra e por seu forte apôio à imigração e à pequena propriedade (17).

Outro membro da Sociedade, André Rebouças, que foi seu primeiro secretário, era uma destacada figura no movimento abolicionista e um dos engenheiros mais proeminentes da época (18). Embora fosse mulato, sua formação era semelhante à dos outros líderes da Sociedade Central. Seu pai fora advogado e político, e a família assegurava uma posição respeitável na pequena burguesia brasileira. Rebouças recebeu uma educação científica e técnica na Escola Militar. Tinha também viajado e estudado na Europa e suas conexões com esse continente, como também a sua admiração pela cultura européia, parecem ter sido iguais às de Taunay e Beaurepaire Rohan.

---

(15). — Outro senador observou que isso “até certo ponto seria uma felicidade”. *Anais do Senado*, 1888, VI, cb. 91.

(16). — *Anais do Senado*, 1888, anexo, p. 65.

(17). — Veja o seu *A emancipação do elemento servil considerada em sua relações morais e econômicas* (Rio de Janeiro, 1883), e “O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil”, em *Congresso agrícola* (Rio de Janeiro, 1878), pp. 242-252. Existem duas biografias: Barão Homem de Melo, *Biografia do Visconde de Beaurepaire Rohan* (Rio de Janeiro, 1899) e Raul de Goês, *Beaurepaire Rohan: Uma figura do segundo império* (João Pessoa, 1938).

(18). — Veja José Louzeiro, *André Rebouças* (Rio de Janeiro, 1968).

Rebouças encerrou sua carreira militar depois da guerra do Paraguai e trabalhou como engenheiro e empresário em vários projetos governamentais e privados. Também ensinou durante anos na Escola Politécnica (a antiga Escola Militar) e escreveu regularmente para diversos ornais sobre tópicos econômicos e sociais. Sua proeminência no movimento abolicionista causou-lhe, por vezes, dificuldades profissionais; por conseguinte, ele veio a ficar mais que irritado pela retaliação de vários fazendeiros poderosos que lograram puni-lo por seus ataques abertos à escravidão e aos donos de escravos, impedindo-lhe de receber importantes comissões governamentais (19). Talvez por essa razão, Rebouças tendeu a ser o membro mais radical da Sociedade Central, e o que denunciou mais veementemente os grandes fazendeiros.

O segundo secretário da Sociedade foi Antônio Enes de Souza, que, como diversos colegas, também tinha recebido treinamento científico na Europa. Formara-se em geologia em Berna, recebera treinamento em engenharia de minas em Friburgo e obtivera um doutorado em Ciências Físicas e Naturais em Zurique. Em 1883 era professor da Escola Politécnica e iria posteriormente tornar-se diretor da Casa da Moeda brasileira (20).

José Américo dos Santos, um amigo íntimo de Rebouças, foi outro líder proeminente da Sociedade Central. Era engenheiro civil, diretor da *Revista de Engenharia*, antigo funcionário público e abolicionista enérgico (21). Ferreira de Araujo, filho de imigrantes portugueses, dirigia o diário abolicionista *A Gazeta de Notícias*, e também foi um dos diretores da Sociedade. Era médico e jornalista, e viajara extensamente pela Europa (22). Zózimo Barroso, outro engenheiro militar de treinamento europeu, também teve um papel ativo na Sociedade (23).

Muitos dos outros líderes eram comerciantes europeus vivendo no Rio de Janeiro, como Wenceslau Guimarães, que era português, e Charles Raynsford, da Inglaterra (24). Ademais, havia diversos jornalistas estrangeiros residentes na capital, professores, profissionais,

---

(19). — Ignácio José Verissimo, *André Rebouças através de sua autobiografia* (Rio de Janeiro, 1939), pp. 148-149.

(20). — Veja Gabriel de Queiroz Vieira, *Dr. Enes de Souza: Resumo biográfico* (Rio de Janeiro, 1939) e L. Marques Poliano, *A Sociedade Nacional de Agricultura: Resumo histórico* (Rio de Janeiro, 1945), pp. 97-100.

(21). — Eugênio Egas, *Necrólogos: 1918* (Rio de Janeiro, 1918), pp. 105-107; Augusto Alves Sacramento Blake, *Dicionário bibliográfico brasileiro* (Rio de Janeiro, 1883-1902), IV, p. 284.

(22). — Blake, *Dicionário*, IV, p. 428.

(23). — Blake, *Dicionário*, IV, p. 415.

(24). — Uma fonte valiosa sobre as atividades econômicas dos líderes da Sociedade é o anuário *Almanaque Laemmert* para os anos 1880. Ademais, sobre Guimarães e Raynsford, veja o livro de Taunay, *Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil* (São Paulo, s.d.), pp. 23, 39.

que serviram em diversas ocasiões como diretores da Sociedade. Entre eles destacam-se o jornalista suíço-alemão Hugo Gruber, Fernando Schmid, escritor e poeta suíço, o Barão de Tautphoeus que ensinava alemão no colégio Dom Pedro II, e Orville Derby, um geólogo americano.

A Sociedade Central foi portanto, em geral, dirigida por indivíduos da nova classe média-alta urbana, sobretudo intelectuais, profissionais independentes com treinamento científico e técnico, altos funcionários públicos e negociantes envolvidos no comércio externo. Praticamente todos os líderes tinham filiação com a Europa, através de nascimento, família, educação ou negócios (25). Pela sua eloquência, auto-confiança e treinamento técnico, eles demonstraram ser uma nova força na vida brasileira: um grupo de classe média consciente de seus interesses próprios e donos de uma crítica coerente e cabal da sociedade tradicional brasileira.

A meta principal da Sociedade Central era a criação de uma forte classe média rural composta de imigrantes europeus que seriam agricultores independentes. A Sociedade criticava com veemência o sistema da grande lavoura que era característico da agricultura brasileira desde o século XVI. Segundo André Rebouças, o latifúndio era uma relíquia da era de

“barbaria e de obscurantismo”, e “um fato monstruoso, quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista social” (26).

A Sociedade proclamava que as grandes propriedades eram irremediavelmente ineficientes e atrasadas, sobretudo porque estavam baseadas na exploração brutal e absurda do trabalho escravo. Além de difamar os fazendeiros como tiranos feudais sem inclinação a abandonar um sistema de trabalho vicioso e antiquado, a Sociedade também os apresentava habitualmente como incompetentes, incapazes ou mal dispostos a aplicar a tecnologia moderna para elevar a produtividade estarrecedoramente baixa das suas propriedades. Por cima de tudo, os fazendeiros eram tidos como socialmente irresponsáveis, pois que, devido à indiferença ou preguiça, deixavam vastas porções de terra sem cultivo, e presumivelmente estavam pondo em perigo o futuro

---

(25). — Embora não tenha sido possível localizar dados biográficos sobre mais do que um punhado de membros ordinários, talvez seja razoável supor que eles tiveram uma formação mais ou menos semelhante. Havia quase 400 membros na lista de suplemento de *A Imigração*, nº 28 (janeiro de 1887), aparentemente a única vez que a Sociedade publicou uma lista de membros.

(26). — Rebouças, *A agricultura nacional* (Rio de Janeiro, 1883), p. 65.

econômico do Brasil, por causa de sua dependência cega da monocultura (27). Taunay, caracteristicamente, falava dos fazendeiros como

“aqueles que até agora viviam no doce e entorpecedor embalar da inércia e da rotina, metidos nos tamancos da ignorância e a ouvirem o bater monótono de pré-histórico monjolo” (28).

Os ataques da Sociedade aos fazendeiros eram fraseados numa linguagem impressionantemente cáustica e insolente. É provável que as frustrações de posição social tenham mais do que um pouco a ver com a veemência dessas invectivas, as quais contrastam apreciavelmente com o tom usualmente gentil da Sociedade. Rebouças, por exemplo, normalmente se refere aos fazendeiros como

“a moribunda oligarquia rural”, “usurpadores do solo nacional”, “barões feudais”, “potentados territoriais”, ou em outro termo semelhante de opróbio (29).

Até mesmo Taunay, que era aparentado por matrimônio com uma das grandes famílias fazendeiras do vale do Paraíba, falou, em algumas ocasiões, contra os proprietários,

“gente preguiçosa, imóvel, apática, rotineira”, “inimiga do futuro”.

Após a abolição, ele descreve os fazendeiros como classe

“saudosos do escravidão que se surrava por qualquer motivo fútil” e “inconsolável de o haver para sempre perdido” (30).

De fato, Taunay o estilista literário, sempre aprimorado nas suas metáforas, perdeu, às vezes, no calor do debate, para Taunay o polemista ardente que denunciava os fazendeiros como

“verdadeiros senhores feudais” cercados por “guardas pretorianas” (31).

---

(27). — A Sociedade nunca reuniu as suas dispersadas críticas do latifúndio em uma afirmação unificada sobre o assunto. Em *Agricultura nacional* Rebouças provavelmente está mais próximo a uma análise sistemática do ponto de vista da Sociedade, do que qualquer outro membro. Para alguns exemplos de criticismo de fazendeiros por parte de outros, veja os discursos na primeira reunião da sociedade, especialmente os de Koseritz e Enes de Souza, *A Imigração*, nºs 1-4 (dezembro de 1883 e agosto de 1884).

(28). — *A Imigração*, nº 62 (outubro de 1889).

(29). — *Agricultura nacional*, p. 383; *A Imigração*, nº 56 (abril de 1889); *A Imigração*, nº 17 (janeiro de 1886); *A Imigração*, nº 55 (março de 1889).

(30). — *A Imigração*, nº 56 (abril de 1889).

(31). — Brasil, *Anais da Câmara*, 1884, V, p. 548.

Em substituição ao latifúndio, a Sociedade pregava o estabelecimento da pequena propriedade. Isso, dizia Rebouças, era

“a grande reforma... tudo o mais é secundário”.

Da pequena propriedade viria

“equidade, justiça, bem estar para quem trabalha, eliminação do parasitismo, da exploração do homem pelo homem” (32).

Não obstante, os membros da Sociedade, inclusive Rebouças, eram homens profundamente conservadores e estavam imensamente desconcertados com as mudanças sociais que acompanhavam o colapso da escravatura, e com a emergência do proletariado urbano. Suas proposições eram, na melhor das hipóteses, reformistas, e seus escritos estavam cheios de admoestações contra os

“horrores da comuna” e “o agitador revolucionário” (33).

O sistema instável de duas classes que o latifúndio parecia alimentar impressionou aos membros da Sociedade Central como extremamente perigoso. Daí terem abraçado com entusiasmo a alegação clássica que se atribui à pequena propriedade: esta devia criar uma forte classe média rural, a qual seria

“um elemento sempre de ordem e estabilidade” (34).

Alem desse benefício, a Sociedade também alegava que a pequena propriedade traria vantagens econômicas.

“A França é hoje o mais rico país do mundo”, dizia-se, “por causa da pequena propriedade” (35).

A Sociedade parece ter acreditado que a pequena lavoura apresentaria a diversificação e modernização da agricultura brasileira. Seus líderes outrossim devem ter percebido que o aparecimento de uma nova classe com poder, e o enfraquecimento da velha elite proprietária, resultariam numa estrutura social significativamente diversa, na qual suas próprias posições poderiam ser altamente realçadas.

A implementação de suas idéias nunca foi o ponto forte da Sociedade. No entretanto, seus membros herdaram a idéia dos “núcleos”, proveniente da política de imigração anterior, e, posteriormente, iriam

---

(32). — *A Imigração*, nº 56 (abril de 1889).

(33). — Tarquínio Sousa Filho, *O ensino técnico no Brasil* (“Livros de propaganda da Sociedade Central de Imigração”, III; Rio de Janeiro, 1887), pp. 10, 15. Veja também as censuras de Rebouças contra a revolução e a violência em *Agricultura nacional*, p. 307.

(34). — *A Imigração*, nº 54 (fevereiro de 1889).

(35). — *A Imigração*, nº 62 (outubro de 1889). Ênfase no original.

promover diversos esquemas próprios. Os núcleos eram colônias de agricultores europeus, normalmente estabelecidos sob os auspícios do governo imperial, porém às vezes formados por companhias privadas ou administradores provinciais, e constituíam um aspecto proeminente da política de imigração brasileira desde a década de 1820. Os núcleos se caracterizavam como uma forma de pequena propriedade e, como tal, a Sociedade apoiava a sua incrementação, embora com diversas ressalvas, o que, no final das contas, tornava a sua atitude a respeito um pouco ambivalente.

A praticabilidade da pequena agricultura na maior parte do Brasil nos anos 1880 fica na dúvida. No livro *Agricultura nacional*, Rebouças delineou planos que alegava poderem tornar a pequena propriedade viável para as principais mercadorias de exportação, o café e o açúcar, através do estabelecimento de engenhos centrais que processariam as colheitas trazidas pelos proprietários independentes. Não há dúvida que no século XX a pequena agricultura em São Paulo e outros estados tenha se tornado um fator importante dentro da agricultura brasileira, e, embora as condições subsequentes se tivessem modificado em muitos aspectos, parece certo que os obstáculos contra a adoção do programa da Sociedade Central nos anos 1880 não eram totalmente — ou mesmo basicamente — econômicos (36).

Visto que os grandes fazendeiros dominavam o governo e se sentiam pouco dispostos a por em risco seu próprio poder através de reformas importantes na estrutura do Brasil rural, a Sociedade optou por apoiar projetos que intentavam fomentar a pequena agricultura e que ao mesmo tempo beneficiassem, ou pelo menos, não prejudicassem, os grandes proprietários. Não obstante a sua retórica inflamante de vez em quando, as proposições efetivas da Sociedade eram realmente brandas, e, em diversas ocasiões, a organização tomou grande espaço e tempo para explicar a sua oposição a qualquer sugestão de expropriação das grandes propriedades (37). A Sociedade propunha, ao invés, que o governo comprasse fazendas e as revendesse em pequenos lotes, a fim de fomentar o estabelecimento da pequena lavoura trabalhada por famílias nucleares — um empreendimento que, em qualquer escala significativa, sobrepujaria a capacidade do estado imperial. Tauxem e outros também argumentavam que os próprios fazendeiros deveriam vender aos imigrantes parte de suas terras, pois isso viria a au-

---

(36). — Veja William R. Cline, *Economic Consequences of a Land Reform in Brazil* (Amsterdam, 1970), onde se argumenta, com base em muitas evidências empíricas, que a redistribuição de terras com o fim de aumentar o número de “fazendas de famílias”, i. e., fazendas de pequena escala, aumentaria também a produção agrícola consideravelmente.

(37). — *A Imigração*, nº 66 (abril de 1890).

mentar o valor do resto de suas propriedades, e também fornecer mão-de-obra nos períodos de máxima demanda (38).

Essas tentativas tiveram pouco sucesso, mas a Sociedade tinha outros programas para alcançar o mesmo objetivo. Num desses planos a Sociedade solicitou ao Banco do Brasil que dividisse e vendesse a imigrantes algumas das fazendas falidas das quais tinha hipotecas (39). Outra proposição pedia que as companhias ferroviárias dividissem uma parte das terras às margens dos seus trilhos em pequenas fazendas que então poderiam ser compradas pelos imigrantes (40). A Sociedade também tentou, num certo momento, e outra vez sem sucesso, persuadir os imigrantes europeus que já estavam no Brasil a contribuir de suas poupanças aos novos “Bancos Regionais de Imigração”, cujo propósito seria de comprar terras dos fazendeiros e vendê-las em pequenos lotes aos recém-chegados — especialmente aos parentes dos acionistas (41).

A Sociedade até mesmo propôs o estabelecimento de um imposto de terra com o intuito de forçar o cultivo de terras baldias e com a esperança de fragmentar a grande propriedade. A maioria das suas sugestões nesse assunto, entretanto, apregoava um imposto de terras de alcance bastante limitado. A primeira proposição, em 1884, favorecia um imposto que somente se aplicasse a terras baldias situadas perto de estradas de ferro, rios navegáveis e estradas públicas (42). Posteriormente a Sociedade viria a defender um imposto sobre terras baldias independente de localidade, ao passo que diversos de seus líderes, como Enes de Souza e André Rebouças, apregoavam um imposto global de terras, sem especificações quanto a uso ou localidade (43). As possibilidades de qualquer tipo de imposto de terra ser aprovado nos anos 1880 eram, na melhor das hipóteses, remotas, e, em última análise, a Sociedade não esperava que a implementação dos seus projetos, por si só, viesse a destruir o latifúndio no Brasil.

Os líderes da Sociedade esperavam evitar uma confrontação com os fazendeiros, pois estavam convencidos de que a grande propriedade logo iria provar-se não lucrativa e portanto abrir campo para outras formas de organização econômica. Era “a incontestável verdade”, dizia a Sociedade, que “a grande lavoura deve ir cedendo lugar

---

(38). — *A Imigração*, nº 1-4 (dezembro de 1883 a agosto de 1884).

(39). — Sociedade Central de Imigração, *Divisão em lotes para imigrantes das fazendas hipotecadas ao Banco do Brasil* (Rio de Janeiro, 1885).

(40). — *A Imigração*, nº 1-4 (dezembro de 1883 a agosto de 1884).

(41). — *A Imigração*, nº 17 (janeiro de 1886).

(42). — *A Imigração*, nº 10 (abril de 1885).

(43). — *A Imigração*, nº 60 (agosto de 1889); *A Imigração*, nº 1-4 (dezembro de 1883 a agosto de 1884); *A Imigração*, nº 56 (abril de 1889).

à pequena propriedade”, e a maioria dos seus membros parece ter acreditado que esse processo estava em andamento acelerado (44). Essa crença no colapso iminente da grande propriedade, que provou ser bastante errônea, se espalhou nos anos 1870 e início de 1880. Muitos fazendeiros de café, que formavam o grupo mais próspero dos grandes proprietários, até estavam perdendo a esperança de sobreviverem à abolição. Eles pensavam que a transição para o trabalho livre aumentaria enormemente o custo de produção, numa época em que o preço do café parecia destinado a permanecer relativamente baixo (45).

Muito pelo contrário, as variações no preço do custo de mão-de-obra evoluíram de maneira bastante diferente da que os observadores antecipavam, e, de fato, trouxeram grande prosperidade a muitos fazendeiros, especialmente àqueles da florescente região Oeste de São Paulo. O preço do café aumentou 18 por cento no segundo semestre de 1886, subiu ainda mais nos anos seguintes e permaneceu alto por mais de uma década (46). Essa prosperidade, mais que qualquer outro fator, foi o que causou a falência do programa agrícola da Sociedade. O que podia ter parecido plausível, embora nada mais que isso, quando a existência da grande propriedade estava ameaçada pelo que pareciam ser fatores inexoráveis, tornou-se quase quixotesco nos fins da década dos 1880.

O zelo pela reforma rural da Sociedade foi o principal determinante das suas visões sobre a imigração e insistia bastante especificamente que o Brasil devia procurar atrair somente a pequenos agricultores potenciais. Esse conceito bem restrito da imigração européia tinha uma série de implicações sobre a política da mesma. Queria dizer, por exemplo, que a Sociedade se opunha à política intermitente do governo imperial de dar terras a imigrantes, preferindo que eles as comprassem, pois desse modo, pelo menos segundo a Sociedade, somente aquelas famílias relativamente prósperas seriam atraídas para o Brasil.

Alem disso, como a Sociedade não quisesse imigrantes de certas classes sociais — e ainda menos um proletariado urbano ou rural — a organização se opôs, em geral, ao programa extensivo de imigração subvencionada, começando em grande escala em 1886 pela província

---

(44). — *A Imigração*, nº 1-4 (dezembro de 1883 a agosto de 1884).

(45). — Louis Couty, *Le Brésil en 1884* (Rio de Janeiro, 1884), pp. 101-126, 196-198; C. F. Van Delden Laërne, *Brazil and Java: Report on Coffee-culture* (London, 1885), pp. 224-227.

(46). — *Jornal do Comércio, Retrospecto comercial: 1886* (Rio de Janeiro, 1887), p. 4; A. Lalière, *Le café dans l'Etat de Saint Paul (Brésil)* (Paris, 1909), anexo.

de São Paulo. Esses programas, planejados com o intento de assegurar as fazendas de café com trabalhadores, pagavam os custos totais de transporte dos imigrantes da Europa ao Brasil.

A Sociedade gostava mais da idéia de pagamentos parciais pelo governo, que assim reduzia o custo da passagem ao Brasil a mais ou menos o mesmo preço da passagem aos Estados Unidos. Desse modo a Sociedade esperava que o Brasil atraísse uma classe de agricultores profissionais bem sucedidos — ao ponto de poderem pagar uma parte de sua passagem, ao mesmo tempo que estivessem dispostos a emigrar a procura de uma vida melhor (47). O problema em pagar o custo completo, segundo Taunay, era que atraía “gente paupérrima”, em tão grande desespero que tentaria tudo para emigrar (48). Além disso, os programas que pagavam a passagem completa serviam mais para escorar o sistema da grande lavoura, do que para suplanta-lo, o que era talvez a objeção fundamental da Sociedade. Pondo a questão em outras palavras, a meta primária da organização era a reconstrução do Brasil rural, e a imigração européia era comumente vista como um meio a esse fim, não como um fim em si mesmo.

Existia, no entanto, uma certa ambiguidade na posição da Sociedade que vinha do fato de que muitos, talvez a maioria dos seus membros, eram racistas fervorosos. Por exemplo, nunca ficou esclarecido se os líderes da Sociedade achavam que a estrutura social e econômica que eles procuravam impor no Brasil fosse possível sem a importação de um grande número de agricultores europeus, ou não. Não há dúvida que eles consideravam a sua própria população rural — altamente não-branca — com severas limitações, caracterizando-a, em várias ocasiões, como “indolente”, “caprichosa” e “inconstante” (49). Segundo Koseritz, o nível de “energia e atividade” no Brasil era “frouxo”, e para corrigir esse problema ele precisava importar “raças fortes e vigorosas” (50).

Na prática as duas questões de imigração européia e reforma rural foram normalmente tratadas em conjunto. Quando confrontada com o problema de dar ou não dar apóio ao programa paulista, o que significava imigração européia sem reforma rural, a Sociedade demonstrou ser incapaz de adotar uma política coerente, em parte, pelo menos, porque muitos membros achavam, por razões essencialmente racistas, que o Brasil devia receber os europeus em quaisquer termos.

---

(47). — *A Imigração*, nº 29 (fevereiro de 1887).

(48). — *Anais do Senado*, 1887, V, p. 357.

(49). — *A Imigração*, nº 1-4 (dezembro de 1883-agosto de 1884); *A Imigração*, nº 50 (novembro de 1888).

(50). — *A Imigração*, nº 1-4 (dezembro de 1883-agosto de 1884).

A Sociedade exprimiu vigorosamente o seu racismo numa outra parte do seu programa: a oposição a todas as proposições de importação de trabalhadores chineses. Estes foram difamados pela Sociedade em várias ocasiões como

“pestilento fluido emanado da podre civilização da China”, “uma raça atrofiada e corrupta”, “bastardizada e depravada” ou simplesmente como “detestável” (51).

Taunay, normalmente um homem refinado e compassivo, apressou-se a informar ao público brasileiro que, dos chineses,

“cujo ódio à raça branca é inato”, “só o chei o que exalam bastará para afugentar os mais recalcitrantes” (52).

São impressionantes o tom lúrido, às vezes quase histérico, e a exaltada cólera desses ataques. Embora os planos de importação de chineses fossem apenas uma tentativa da parte dos fazendeiros para substituir o escravo negro, que estavam perdendo por fugas e mortes, isso não explica realmente a veemência da Sociedade. Porquanto seja verdade que os membros da organização esperavam presenciar o colapso do sistema tradicional agrícola, pela falta de mão-de-obra barata, as suas difamações contra grupos étnicos, que de forma alguma eram de utilidade às grandes propriedades, carregavam um tom de igual entusiasmo.

Taunay, por exemplo, exasperava-se em 1887 por causa da

“contínua entrada desses vagabundos e mendigos chamados turcos ou árabes”. E continuava, “não há nenhum habitante desta capital que não sinta quotidianamente o asco, o desgosto e o incômodo que nos dá a visão desses desgraçados”.

Esses imigrantes do Oriente Médio eram frequentemente mascates ambulantes, a quem Taunay descrevia como

“homens nojentos e sórdidos... enfestando as nossas praças, as nossas ruas, as estações de caminho de ferro, indo a Petrópolis...” (53).

---

(51). — *A Imigração*, nº 61 (setembro de 1889); *A Imigração*, nº 1-4 (dezembro de 1883-agosto de 1884)

(52). — *Ibid.*; *Anais do Senado*, 1888, anexo, p. 64.

(53). — *Anais do Senado*, 1887, I, pp. 143-144.

Não é questão totalmente óbvia se Taunay aceitava as teorias mais extremas do determinismo racial. Ele insistia, por um lado, que o exemplo dado pelos agricultores europeus poderia reformar completamente os libertos, os trabalhadores nacionais e os caboclos, inspirando-lhes o desejo de emular os hábitos de trabalho do europeu e um nível mais alto de vida.

“É impossível”, argumentava Taunay proporcionar “a conveniente evolução moral” das classes baixas “sem o estímulo dado praticamente pelas mais adiantadas raças da Europa” (54).

Por outro lado, ele parece ter acreditado na superioridade genética do europeu, e, por exemplo, atribuiu à imigração a prosperidade da província do Paraná.

“O sangue ativo dos filhos das regiões européias de que nos vem a civilização e as luzes”, disse, já era “preponderante... em suas veias (da população paranaense)” (55).

O racismo também pode ter tido algo a ver com a posição conservadora da Sociedade Central na questão da abolição. Apesar do fato de que uma parte importante da liderança abolicionista viera de formações urbanas da classe média, e de que diversas figuras da Sociedade Central eram abolicionistas ativos, a organização, em geral, procurou evitar essa questão. O seu lema era “abolição pela imigração” e mesmo o seu desejo de ver a grande propriedade em colapso foi insuficiente para que ela tomasse uma posição mais avançada sobre a questão abolicionista. Além disso, a existência da escravidão não era considerada como um sério obstáculo ao tipo de imigração que a Sociedade tinha em mente. Mais tarde veio-se a admitir que a organização

“por muitos anos resistiu... com a maior serenidade aos arrastamentos do abolicionismo”,

e somente nos fins de 1885 foi que a Sociedade tomou uma posição a favor da abolição contingente (56). Nos meados do mesmo ano, Taunay observara que a imigração era uma questão muito mais importante

---

(54). — *A Imigração*, nº 13 (setembro de 1885).

(55). — Taunay, *A nacionalização ou grande naturalização e naturalização tácita* (“Livros de propaganda da Sociedade Central de Imigração”, II; Rio de Janeiro, 1886), p. 114. Veja também o seu *Homens e cousas do Império*, p. 162. Até mesmo Rebouças fez às vezes comentários sobre as “raças inferiores”. Veja *A Imigração*, nº 67 (maio de 1890).

(56). — *A Imigração*, nº 66 (abril de 1890); *A Imigração*, nº 13 (setembro de 1885).

do que a escravatura, e só em setembro de 1887 foi que se dispôs a apoiar a posição bem moderada de se realizar a abolição no Natal de 1889, seguida de um ano de trabalho compulsório, embora pago, pelos antigos escravos (57).

O programa da Sociedade, além desse item em favor de reformas básicas na estrutura agrária, também propunha outras reformas sociais e legais. Por exemplo, a Sociedade fez propaganda incessante a favor de várias medidas menos exigentes do movimento anticlerical do século XIX: casamento civil, registro civil e a secularização de cemitérios. No Brasil, onde o poder político da Igreja era relativamente fraco e o próprio imperador era meio anticlerical, esses temas eram de pouca urgência, embora tivessem causado alguns problemas, especialmente para imigrantes protestantes. A Sociedade normalmente argumentava, com pouca plausibilidade, que tais medidas eram requisitos indispensáveis, se é que o Brasil queria atrair uma onda de constante imigração espontânea. Taunay, caracteristicamente, usou, como seu argumento mais importante a favor do casamento civil, a alegação de que já era reconhecido como

“essencial” entre “os povos mais civilizados do mundo” (58).

A Sociedade também procurou liberalizar as leis de naturalização do Brasil e incluir uma provisão para a “naturalização tácita” depois de três anos de residência (59). Outrossim, a organização urgi mudanças na lei de locação de serviços de 1879 — que até então fora raramente usada — e nos processos de transferência de títulos proprietários, como também advogou uma versão brasileira do *Homestead Act* (60).

Uma das proposições mais revelantes da Sociedade dizia respeito à educação técnica, que pôs a claro o conservadorismo básico da organização, ou pelo menos o seu medo do crescimento de um proletariado industrial. Nas escolas técnicas que a Sociedade queria estabelecer, foi reservado um lugar proeminente ao ensino de

“economia política”, pois “a verdadeira ciência econômica é o mais terrível adversário do socialismo, é um dos mais po-

---

(57). — *Anais do Senado*, 1887, V, p. 318. Em setembro de 1887 a escravatura, como uma instituição, já estava num avançado estágio de desintegração, e a abolição incondicional viria em oito meses.

(58). — Taunay, *Casamento civil* (“Livros de propaganda da Sociedade Central de Imigração”, I; Rio de Janeiro, 1886), p. 5.

(59). — *A nacionalização* de Taunay é afirmação definitiva da posição da Sociedade.

(60). — *A Imigração*, nº 11 (maio-junho de 1885); *Anais do Senado*, I, pp. 50-51.

derosos antídotos contra a invasão deste veneno social que tem sido tão funesto às classes industriais da Europa”.

A Sociedade argumentava que o ensino de economia iria proteger a classe trabalhadora brasileira dos socialistas que estavam

“fomentando desordens, incitando o ódio e a inveja, armando o operário contra o patrão, concitando greves... perturbando enfim o mundo econômico” (61).

A Sociedade parece ter estado, no entretanto, igualmente inquieta com a tradicional elite brasileira. Tarquínio de Souza, o autor do estudo patrocinado pela organização sobre a educação técnica, alimentava grandes rancores contra os bachareis, que recebiam uma educação convencional legal e literária, e que, ele acusava,

“ocupam os melhores e mais elevados cargos e funções sociais e a quem, quase exclusivamente, tem cabido a direção dos negócios públicos no Brasil” (62).

Para aliviar essa condição indesejável, a Sociedade propôs, na melhor maneira positivista, que ao

“ensino científico-prático” fosse dada a mesma posição que a do “ensino clássico-literário, puramente especulativo” (63).

O caso da educação técnica, como também de cada uma das reformas legais e sociais propostas pela Sociedade, estava baseado, ao menos ostensivamente, na crença de que futuros imigrantes se achariam desinclinados a virem ao Brasil, a menos que essas medidas fossem adotadas. Por exemplo, argumentava-se que a falta de um sistema adequado de educação técnica desencorajava os agricultores europeus de emigrarem para o império porque

---

(61). — Tarquínio Sousa Filho, *O ensino técnico no Brasil*, p. 205.

(62). — *Ibid.*, p. 55.

(63). — *Ibid.*, p. 30. Em geral, a Sociedade queria ver o sistema de escolas técnicas altamente expandido com a criação de um grande número de novas instituições separadas, dedicadas ao treinamento de indivíduos para o trabalho na agricultura, na indústria e no comércio. Os traços particulares da organização e do currículo das escolas, que estão descritos no *Ensino técnico* de Tarquínio de Sousa, ilustram mais que qualquer outra coisa a predileção da Sociedade de imitar formas européias sem a mínima crítica.

“[o emigrante] deseja aqui encontrar instituições garantidoras do futuro de seus filhos e que ao mesmo tempo contribuam para a elevação moral das funções do trabalho” (64).

É difícil concluir se os líderes da Sociedade realmente acreditavam ou não que as suas reformas eram requisitos *sine qua non* para uma imigração em massa. De qualquer modo, está claro que a organização errou ao supor que os possíveis imigrantes estavam bem informados sobre as condições no Brasil. Há, de fato, muitos poucos indícios de que os membros da Sociedade tiveram qualquer contato com imigrantes, e quase todos que investigaram a questão ficaram surpresos com a falta quase total de informações dos imigrantes. Martinho Prado, por exemplo, citou um caso que considerava típico, de camponeses que estavam tão confundidos que haviam lhe dito em 1890 na Itália que tinham ouvido dizer que o Brasil era muito ruim, mas que iam para São Paulo (65). Uma série de outros viajantes também indicaram que os imigrantes não tinham a mínima noção, particularmente nos anos 1880, das condições que iriam encontrar (66). A visão que a Sociedade tinha do agricultor europeu bem informado que pesava cuidadosa e racionalmente as notícias mais recentes sobre o progresso das reformas liberais no Brasil, antes de se decidir se emigrava ou não para lá, provou ser tão errônea quanto a convicção da organização de que o sistema da grande lavoura estava fadado à falência.

Alem dos erros causados por esses conceitos falsos, a Sociedade Central também foi enfraquecida por algumas falhas básicas na sua estratégia para alcançar mudanças sociais. A organização aparentemente contava, em grande parte, com a eloquência e força convincente dos seus argumentos para efetuar as reformas que almejava. Rebouças, ao rejeitar a força como um instrumento político, sustentava que

“não há reforma liberal, por mais grandiosa que seja, que não possa ser realizada pela palavra e pela imprensa” (67).

Dada a relutância notória das classes governantes, mesmo em face a argumentos dos mais brilhantes, de se suicidar voluntariamente, o destino da Sociedade tornou-se o de um grupo meio isolado de reformadores europeizados, vocalizante, mas ineficaz. Um funcionário do Con-

---

(64). — *Ibid.*, p. 45.

(65). — “A imigração para o Brasil”, *Gazeta de Notícias*, 12 de julho de 1890.

(66). — Ferruccio Macola, *L'Europa alla conquista dell'America Latina* (Veneza, 1894), p. 83, e Giovanni Meritani, *Un mese nel Brasile: Note e impressioni di viaggio* (3ª ed.; Padova, 1889), p. 33.

(67). — *Agricultura nacional*, p. 307.

sulado Italiano não estava muito errado quando descreveu a Sociedade como

“uma academia retórica composta de pessoas cheias de boas intenções, mas de poucos meios, ao invés de um centro de ação de gente efetiva e poderosa” (68).

Poder-se-ia ter recrutado aliados do grupo pequeno, mas potencialmente importante, de industrialistas brasileiros. Porém a Sociedade se opunha, em geral, à industrialização. Taunay, por exemplo, argumentava que o Brasil devia desenvolver o seu

“monopólio natural em relação ao café, ao cacau e à borracha”,

e comprar bens manufaturados na Europa, ao invés de fomentar as suas próprias indústrias (69). Um dos sinais mais claros da atitude da Sociedade face à industrialização se encontra nas representações frequentes que ela fez ao governo alemão, urgindo esse país a canalizar os seus emigrantes para o Brasil (70), ao invés de para os Estados Unidos, sob o pretexto de que no Brasil os imigrantes alemães poderiam continuar a propiciar um mercado substancial para os bens industriais do seu próprio país (71).

Uma razão importante da oposição da Sociedade à industrialização está no fato, mencionado anteriormente, de que vários líderes da organização estavam comprometidos com o comércio estrangeiro. Uma outra era o medo da Sociedade do crescimento de um proletariado industrial como o da Europa, visto como

“estragado pelos hábitos de parasitismo, de mendicidade, de greves, de motins e até de revoluções” (72).

Em 1890 a Sociedade preveniu contra a

“exagerada criação de companhias industriais”

no Brasil, que, dizia, estava causando a concentração de

---

(68). — Italia, Ministero de Agricoltura, Industria e Commercio, Direzione Generale della Statistica, *Statistica della emigrazione italiana per gli anni 1884 e 1885*, p. 256.

(69). — *A Imigração*, nº 63 (novembro de 1889-janeiro de 1890).

(70). — *Ibid.*

(71). — *A Imigração*, nº 7 (novembro de 1884). Veja também *A Imigração*, nº 23 (agosto de 1886).

(72). — *A Imigração*, nº 58 (junho de 1889).

“grande multidão de operários”

em poucos locais: Antes, os grupos pequenos e isolados de operários podiam

“facilmente e por si verificar as justas relações”

entre o capital e o trabalho. Porem,

“a pouco e pouco e impensadamente se estão congregando . . . os elementos dos conflitos” pelo crescimento de fábricas, e, “não tardará muito e entre nós surgirá a *questão operária*.”

A indústria, insistia mais adiante a Sociedade, podia medrar no Brasil

“só . . . à sombra do *proteccionismo* e das falsas teorias e vícios ou corolários derivados daquela perniciosa escola” (73).

As suposições erradas e as fraquezas táticas da Sociedade foram claramente ilustradas no caso de São Paulo. Aí a organização se confrontou com um programa bem sucedido, instigado por uma parte nova e dinâmica da classe fazendeira, que usufruiu livremente dos cofres da província para trazer a primeira imigração em massa que o país jamais conhecera. Do ponto de vista da Sociedade, o problema era que esses imigrantes, ao invés de se tornarem pequenos agricultores, estavam sendo usados como trabalhadores assalariados nos cafezais. A Sociedade havia afirmado por muito tempo que um programa desse tipo nunca iria dar certo porque os europeus não viriam ao Brasil, ou se viessem não ficariam, a menos que pudessem possuir suas próprias terras. Por obra do destino, a organização não errou ao predizer que São Paulo iria ter uma alta taxa de saída de imigrantes, embora esse movimento de volta ao país de origem não viesse a prejudicar os fazendeiros, pois provou-se ser relativamente fácil manter uma corrente constante de novos elementos (74).

Uma série de afirmações cada vez mais hostis sobre os acontecimentos em São Paulo veio a culminar em agosto de 1889 com uma carta enviada pelos líderes da Sociedade ao presidente dessa província, condenando o

---

(73). — *A Imigração*, nº 70 (agosto de 1890). *Ênfase no original.*

(74). — O pensamento da Sociedade sobre o que estava acontecendo em São Paulo pode ser seguido em *A Imigração*, especialmente os números 23 (agosto de 1886), 30 (março de 1887) e 39 (novembro de 1887).

“infeliz sistema de imigração” em uso lá, “cujos inconvenientes irão de dia em dia se agravando, produzindo os mais crueis desenganos”.

A Sociedade alegava mais adiante que dos 200.000 imigrantes recentes a essa província, somente 2.000 eram colonos permanentes, e que

“tudo se acha em estado instavel e flutuante” (75).

Taunay denunciou repetidamente como

“vicioso e prejudicial esse sistema chamado de São Paulo, é o pior sistema de todos,”

que estava comprando imigrantes europeus “a tanto por cabeça” (76).

Os líderes de São Paulo não permitiram que as críticas da Sociedade passassem despercebidas. Antônio Prado, um fazendeiro de destaque e uma das forças propulsoras do programa de imigração, acusou a Sociedade Central de que nos seus ataques “a verdade foi cruelmente sacrificada” e alegava, além do mais, que quase todos de sua província, inclusive os imigrantes, estavam muito contentes com o modo de operação do programa de imigração. Argumentou que como o governo mantinha diversos núcleos de pequenos agricultores em São Paulo, havia na realidade dois sistemas de imigração lá: um que a Sociedade recomendava, outro que condenava. O fato, no entanto, era que, dizia ele,

“em geral, os imigrantes preferem o sistema condenado pela Sociedade Central” (77).

O irmão de Antônio Prado, Eduardo, foi responsável por um dos mais vigorosos contra-ataques à Sociedade Central. Ele havia escrito um capítulo sobre a imigração num tomo que descrevia o Brasil na Exposição de Paris em 1889 (78). Mais tarde a Sociedade iria reclamar que ele não tinha dedicado espaço suficiente no seu artigo para as

---

(75). — Sociedade Central de Imigração a Couto de Magalhães, 11 de agosto de 1889, Arquivo de Estado de São Paulo, T-1-R, caixa 4.

(76). — *Anais do Senado*, 1889, I, p. 161.

(77). — *A Imigração*, nº 60 (agosto de 1889). A resposta da Sociedade foi que o governo provincial estava fazendo sabotagens nos núcleos. Veja *A Imigração*, nº 62 (outubro de 1889).

(78). — Eduardo Prado, “Immigration”, *Le Brésil en 1889*, ed. F. J. de Santa-Anna Nery (Paris, 1889), pp. 473-507.

atividades do grupo. A resposta de Prado foi devastadora (79). Primeiro, ele observou que ficara muito lisonjeado pela atenção que os membros da Sociedade Central, que eram especialistas no assunto de imigração, tinham dado ao seu modesto trabalho. Tinha desejado que esse grupo tão distinto tivesse corrigido as muitas omissões e erros factuais do artigo, mas se surpreendera ao saber que o único defeito encontrado por eles era o de não terem sido enaltecidos devidamente. De fato, no seu artigo Prado mencionara que a Sociedade Central *a rendu de notables services* e portanto ficara desconcertado, ele alegava, pelo fato de que a Sociedade parecia considerar esse comentário “quase como um insulto”.

Prado então sugeriu, com o sarcasmo pelo qual ganhou fama, que qualquer omissão dos empreendimentos da Sociedade tinha sido causada pela sua modéstia na publicação “dos resultados práticos do seu grande trabalho”. Ele simplesmente não encontrara, disse, os dados de

“imigrantes chamados, levados ao Brasil pela Sociedade Central, ... não consegui ter os mapas das terras exploradas por ela, nem notícias positivas das vias de um comunicação traçadas por ela”.

Prado tinha certeza, continuava ele, que devia haver muitos tais empreendimentos “de iniciativa prática e real”, pois estava confiante que a organização não limitaria seu trabalho “a mera crítica teórica”.

Depois de tantas outras investidas contra a natureza abstrata do programa da Sociedade, Prado sugeria que o tratamento dado pela Sociedade a São Paulo dificilmente daria direitos a Taunay e seus colegas para reclamar das omissões ou distorções. Acrescentou que porque São Paulo

“persiste em povoar de imigrantes o seu solo, sem licença da Sociedade Central”,

era ignorado ou injustamente criticado pela Sociedade. E mais, ele duvidava que os paulistas viessem a imitar os líderes da Sociedade e publicamente queixar-se de não serem suficientemente enaltecidos. Eles estavam mais interessados, sugeria ele, na “imigração efetiva” do que na “imigração doutrinária” da Sociedade Central.

O sucesso de São Paulo foi o golpe fatal da Sociedade. As dezenas de milhares de imigrantes que entravam nessa província cada ano re-

---

(79). — Apareceu primeiro no *Jornal do Comércio* do Rio, 27 de novembro de 1889. Prado re-imprimiu-o com o título “Carta ao Sr. Visconde de Taunay” no seu *Coletâneas* (São Paulo, 1904), I, pp. 231-254.

presentavam uma refutação dramática dos programas e teorias da Sociedade. A organização em si parece ter expirado calmamente em 1891, quando Beaurepaire Rohan tinha quase 80 anos, Taunay estava seriamente doente de diabete e Rebouças se exilara voluntariamente. O futuro pertencia não a eles, como haviam pensado, mas à parte dinâmica da oligarquia fazendeira. Certamente não é a menor das ironias da história brasileira o fato de que, quando a imigração em massa finalmente chegou, ela não veio a criar um novo Brasil, como tantos ensejavam, porem serviu para escorar a enfraquecida estrutura do velho.

Não se deve, contudo, exagerar as falhas nem o isolamento da Sociedade. Muitas das suas proposições específicas seriam adotadas pela República: o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a naturalização tácita e outras mais (80). Embora nenhuma dessas medidas pareça ter tido muito efeito na história posterior da imigração brasileira, o fato de que foram aceitas indica que muitos dos objetivos da Sociedade não eram fantásticos. Até mesmo um imposto de terra foi apoiado por muitos de dentro do governo imperial, e o ministério de Ouro Preto chegou a propor uma versão branda desse ponto no parlamento de 1889 (81). Há muito que a pequena propriedade estava sendo incentivada pela burocracia imperial, provavelmente como um modo de aliviar a influência dos grandes proprietários no Estado (82). Talvez se possa dizer que os esforços da Sociedade vieram a receber uma vindicação tardia, no sucesso subsequente da colonização e da pequena propriedade em áreas importantes das regiões produtoras de café (83).

Outrossim, no nível estratégico, a análise da Sociedade provavelmente estava correta. Uma classe média rural seria realmente o único grupo que poderia ter ajudado a Sociedade Central a influenciar de um modo decisivo no curso geral do desenvolvimento social e político do Brasil. A questão dessa possibilidade ter sido ou não ter sido real no século XIX constitui, naturalmente, outro caso à parte.

Uma óbvia limitação existente foi a natureza heterogênea da ainda pequena classe média do período. Os interesses dessas várias camadas intermediárias eram tão divergentes que a criação de uma política coerente e independente era quase inconcebível. Por exemplo: um trabalho recente mostra que os positivistas brasileiros formavam um grupo

---

(80). — *A Imigração*, nº 72 (outubro de 1890).

(81). — Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery: 1850-1888* (Berkeley, 1972), p. 159.

(82). — Warren Dean, "Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil", *Hispanic American Historical Review*, 51, nº 4 (novembro de 1971), p. 617.

(83). — Sérgio Milliet, *Roteiro do café e outros ensaios* (São Paulo, 1941), pp. 73-116.

influyente, na aparência semelhante em muitos aspectos, à Sociedade Central. A maioria dos positivistas mais ativos tinha a mesma formação burocrática e profissional da classe média alta, como os líderes da Sociedade, e os dois grupos parecem também ter compartilhado de uma frustração comum referente aos seus *stati* sociais (84).

No entretanto, não é de se esperar que um estilo semelhante de vida e noções comuns de “honra social” levassem os dois grupos de classe média a se unirem em torno de objetivos comuns. Ao contrário dos líderes da Sociedade, os positivistas raramente tiveram ligações com interesses estrangeiros e essa diferença crucial, sem dúvida alguma, ajuda a explicar as diferenças radicais nos seus respectivos programas. Os positivistas eram não somente altamente nacionalistas e apoiavam vigorosamente a industrialização, como também se opunham explícita e ardentemente à imigração, à pequena propriedade e ao racismo (85).

Nem tampouco se pode facilmente distinguir uma posição autêntica da classe média em outras questões. Já nos referimos à ambígua política abolicionista da Sociedade Central; quanto ao republicanismo, que foi o outro debate público de igual importância dos anos 1880, pode-se demonstrar a mesma tendência à divisibilidade de opiniões. Taunay e Beaurepaire Rohan eram, de fato, monarquistas devotos, e Rebouças até optou por acompanhar o imperador ao exílio e nunca mais retornou ao Brasil.

O caso brasileiro da classe média não foi, de maneira alguma, singular. G. D. H. Cole, num trecho que quase parece ter sido escrito sobre a Sociedade Central, nota que numa grande parte da Europa,

“a burguesia... permaneceu como um entrave urbano” numa sociedade “ainda dominada pela grande propriedade rural”.

“Isso, naturalmente, não impediu que indivíduos da burguesia de países, nos quais a cidade permaneceu essencialmente isolada do campo, se considerassem como membros de uma “classe média”. Porém onde tal ocorreu, esses membros continuaram sendo vítimas de seu isolamento. Eles não puderam, ao contrário da burguesia dos países capitalistas avançados, estabelecer um padrão de vida e daí procurar imprimi-lo no resto das sociedades em que viviam: em geral só podiam copiar os modelos e valores que estavam sendo estabelecidos por seus côm pares nos países mais

---

(84). — Robert G. Nachman, “Brazilian Positivism as a Source of Middle Sector Ideology”, tese de doutorado não-publicada, University of California at Los Angeles, 1972, pp. 27, 50, 243.

(85). — *Ibid.*, pp. 24, 70, 90 93, 123-124. Nachman chama a atenção, entretanto, de que os positivistas do Rio Grande do Sul apoiaram a imigração e a pequena lavoura. *Ibid.*, p. 86.

capitalistas, e se orgulharem, no prestígio dessa imitação, de serem os pioneiros da civilização *in partibus infidelium*; e quando mais copiaram, e se orgulharam de copiar, tanto mais cresceu o seu isolamento. Eis porque o “liberalismo” nunca pode criar raízes fortes numa grande parte da Europa: eis porque até hoje não há bases numa grande parte da Europa para os sistemas políticos e econômicos que se adaptem aos requerimentos da “democracia”, como se entende democracia nos países ocidentais onde ocorreu a unificação capitalista” (86).

Faz-se mister reconhecer que o surgimento de grupos reformistas, como a Sociedade Central de Imigração, no Brasil do século XIX, não indicou a emergência de uma classe média nacional poderosa, em conflito com um grupo de senhores feudais. Ao contrário, uma pequena e dividida burguesia burocrática e comercial se defrontou com uma classe capaz de capitalistas rurais. O fato de que são pouquíssimas as dúvidas quanto ao resultado dessa confrontação não acarreta às suas consequências uma importância menor.

---

(86). — G. D. H. Cole, *Studies in Class Structure* (London, 1955), pp. 92-93.